

DO PORTUGUÊS CLÁSSICO AO PORTUGUÊS BRASILEIRO: HERANÇA, RAÍZES, DERIVA E CONTATO¹

FROM CLASSICAL PORTUGUESE TO BRAZILIAN PORTUGUESE:
INHERITANCE, ROOTS, DRIFT AND CONTACT

Charlotte Galves | [Lattes](#) | charlottemgc@gmail.com
Universidade Estadual de Campinas/CNPq

Resumo: Baseado em dois corpora sintaticamente anotados cobrindo o período do século 16 ao século 19, este artigo argumenta que o contato com outras línguas, em particular as africanas, não precipitou a “deriva lusitana e românica” do português no Brasil, como afirmado por Silva Neto (1977 [1950]) e Naro e Scherre (2007). Ao contrário o estudo da evolução do uso dos determinantes na história do português europeu, e sua comparação com outras línguas românicas, mostra que a deriva dessas línguas foi no sentido de uma generalização da presença dos artigos, em direção contrária à tendência observada no português brasileiro de manter a variação no uso e ampliar os contextos de ausência de determinante. Isso coloca em xeque o papel atribuído ao contato, pelos autores mencionados, de coadjuvante da deriva, ao mesmo tempo que reintegra no estudo da evolução do português no Brasil a descrição da língua que foi importada sem descontinuar durante 3 séculos.

Palavras-Chave: Deriva linguística. Contato linguístico. Determinantes. Português brasileiro. Português clássico.

Abstract: Based on two syntactically annotated corpora covering the period from the 16th to the 19th century, this article argues that the contact with other languages, particularly African ones, did not precipitate the “Lusitanian and Romance drift” of Portuguese in Brazil, as stated by Silva Neto (1977 [1950]) and Naro and Scherre (2007). On the contrary, the study of the evolution of the use of determiners in the history of European Portuguese, and its comparison with other Romance languages, shows that the drift of these languages was towards a generalization of the presence of articles, in the opposite direction to the trend observed in Brazilian Portuguese to maintain variation in use and to expand the contexts of absence of determiners. This calls into question the role attributed to contact, by the mentioned authors, as supporting the drift, at the same time that it reintegrates into the study of the evolution of Portuguese in Brazil the description of the language that was imported without discontinuing for 3 centuries.

Keywords: Linguistic drift. Linguistic contact. Determiners. Brazilian Portuguese. Classical Portuguese.

¹ Este trabalho foi parcialmente financiado pelo CNPq, Processo 313146/2023-3.

1 Introdução

Muito se tem escrito sobre as raízes africanas do português brasileiro (PB no que segue). Eu me incluo entre os estudiosos do PB que argumentam a favor de uma forte marca do contato com línguas africanas em território brasileiro, em particular em trabalhos conjuntos com Juanito Avelar (cf. entre outros, Avelar e Galves, 2014). Também critiquei a postura de Anthony Naro e Marta Scherre quando afirmavam: “Ainda não conseguimos identificar nenhuma característica do português do Brasil que não tenha um ancestral claro em Portugal”. (Naro e Scherre, 2007, p. 68). Porém, neste capítulo, focalizarei um fenômeno presente nos textos da época em que o português veio ao Brasil e pode ser considerado um “ancestral” de uma característica do português do Brasil. Trata-se da variação na presença dos determinantes com nomes possessivos, com nomes próprios e com nomes comuns em certos contextos. Além disso, uma vez que o português europeu (doravante PE) evoluiu no sentido oposto, criticarei a ideia presente em Silva Neto (1977 [1950]) e também assumida por Naro e Scherre (2007, p. 47) de que no Brasil a “deriva secular” que atua “ao longo de um vetor de desenvolvimento” “se encontrou com outras forças que reforçavam e expandiam a direção original”, essas forças sendo o contato com as línguas africanas em particular. Mostrarei que o contato, no que diz respeito a esse fenômeno, teve como efeito reforçar o uso de sintagmas nominais sem determinante da gramática portuguesa original, indo contra a deriva atuando na língua em Portugal e em outras línguas românicas, onde o determinante passou a ser categórico na maior parte dos contextos. Para isso, trarei dados de dois corpora históricos do português, o *Corpus Tycho Brahe* (doravante CTB) e o *Corpus Post-Scriptum* (doravante CPS). Ambos cobrem o período em que vagas sucessivas de portugueses vieram ao Brasil, ou seja do século 16 ao século 19, porém com uma composição bem diferente. Enquanto o primeiro é composto de textos de diversos tipos (cartas, sermões, peças de teatro, biografias, historiografia, jornais) escritos por letrados, o segundo reúne cartas representativas da escrita cotidiana (“ordinary writing”). Se a competência na língua escrita varia muito nos escreventes desse corpus, desde “mãos inábeis”² até pessoas com alto nível de letramento, nenhum deles tem como profissão escrever, e os documentos por eles escritos são cartas pessoais do dia a dia. Essa diferença torna a comparação dos dois corpora muito preciosa, porque nos permite avaliar a representatividade de textos mais próximos da norma escrita.

O capítulo está organizado da seguinte maneira. Na próxima seção, discuto a periodização do português europeu, argumentando que, de um ponto de vista da gramática subjacente, foi o português clássico (doravante PCI) que aportou ao Brasil. A Seção 3

² Cf. Marquilhas (2001).

expõe as propriedades do sintagma nominal do PCI no que diz respeito à presença ou não do determinante. A Seção 4 mostra que a evolução do PE foi no sentido do aumento do uso de mais determinantes, indo numa deriva que se encontra em outras línguas românicas, enquanto no PB a evolução foi no sentido da presença de menos artigos, tanto definidos quanto indefinidos. A conclusão volta à questão da relação da deriva com o contato propondo uma articulação dos dois conceitos em termos emprestados tanto à teoria mentalista da gramática gerativa quanto a abordagens sócio-históricas.

2 A periodização gramatical do português europeu: limites e nomeação

A pergunta das gramáticas que vieram ao Brasil só pode ser respondida a partir de uma visão precisa da periodização gramatical do português europeu. O quadro a seguir é baseado em Mattos e Silva (1992), acrescido da proposta de Teyssier (1982)³ e de Galves (2012) que retoma a abordagem de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006), em termos de períodos definidos por gramáticas, no sentido da Gramática Gerativa, ou seja, como competência dos falantes adquirida no processo natural de aquisição de língua materna.

Época	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar V.Cuesta	Lindley Cintra	Teyssier (1982)	Galves (2012)
Primeiros documentos até 1350-1420	arcaico	trovadoresco	galego-português	português antigo	galego-português	galego-português
até 1536-1550		português comum	português pré clássico	português médio	português europeu	português hispânico
Até séc. 18	moderno	português moderno	português clássico	português clássico		
Até hoje			português moderno	português moderno		

O que se vê nesse quadro são diferenças entre os estudiosos que dizem tanto respeito à divisão em períodos (2, 3 ou 4), à localização das fronteiras temporais entre os períodos, e finalmente à sua nomeação. Por exemplo a fronteira na virada do século 14 para o século 15 é assumida por todos menos Leite de Vasconcelos, que estabelece um

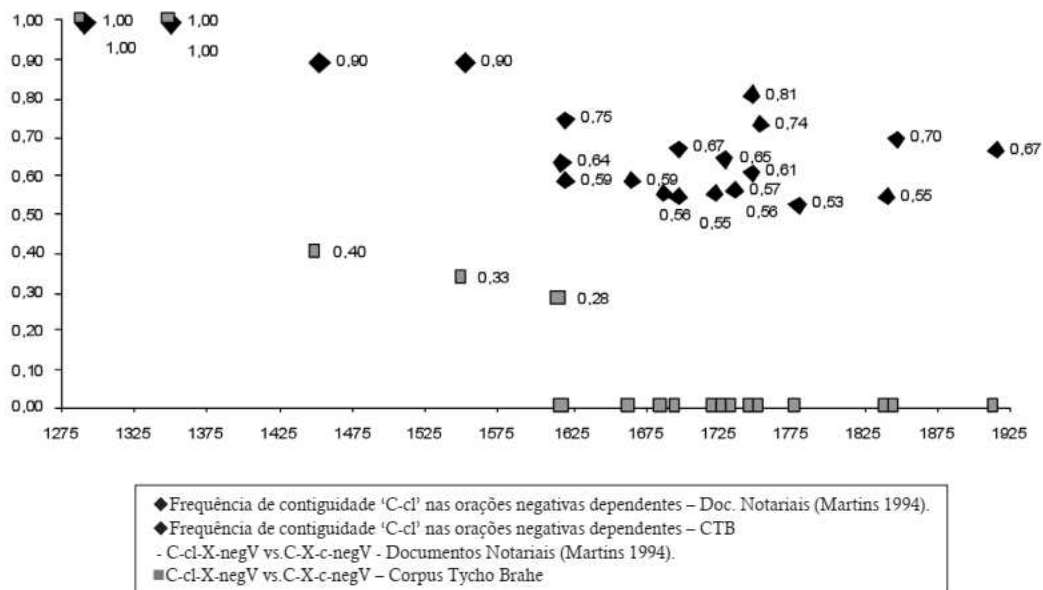
³ Essa inclusão foi feita por Spatti (2024). No artigo de Mattos e Silva (1992) os autores mencionados no quadro não são datados.

só limite entre dois grandes períodos, o arcaico e o moderno, no século 16. Isso é também assumido pelos três autores seguintes e é certamente a periodização mais tradicional, mas com uma divisão em duas fases distintas, para as quais há uma enorme variação de nomeação (português arcaico, trovadoresco ou galego-português, para a primeira e português comum, pré-clássico e médio para a segunda). Já Teyssier inova ao considerar que o português moderno começa no fim do galego-português. Enfim, argumentei, com base na análise de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006), que do ponto de vista estritamente gramatical, o português médio e o português clássico formam uma unidade, e que o primeiro traz, nos textos, as marcas da competição com o galego-português, o que aliás combina bem com a nomeação de “pré-clássico” proposta por Vasquez-Cuesta no quadro acima. O nome de “Português hispânico” para essa unidade gramatical faz referência à noção de Hispânia, nome dado à península ibérica no século 16, onde o português e o castelhano coexistiam de maneira bastante interativa, com influências mútuas (cf. Martins, 2003, Paixão de Sousa, 2004).

Essa fase cobre os séculos 16, 17 e para alguns autores o séc. 18.⁴ Portanto, mesmo considerando um limite mais tardio para o final do galego-português, não há dúvida de que o português que aportou inicialmente ao Brasil era o português clássico, trazendo mais ou menos marcas de fases arcaicas conforme a proveniência geográfica.

Desse ponto de vista, a questão de saber se os primeiros portugueses chegados ao Brasil falavam um português quatrocentista (cf. Castilho, 2001) ou quinhentista perde da sua acuidade, uma vez que seriam duas faces da mesma moeda gramatical. É verdade, porém, que há diferenças entre essas duas vertentes do português, que afetam em primeiro lugar a morfologia da língua e a perda de certos itens lexicais como os pronomes clíticos genitivo em/ende e locativos i. Mas outros aspectos arcaicos como o uso do auxiliar *ser* para o passado dos verbos inacusativos ainda se encontram no PCI (cf. Galves *et al.*, em andamento).. Se a competição de formas encontrada em textos quatrocentistas também se encontrava nos falantes do início do séc. 16, talvez por razões de diversidades dialetais, a hipótese seguida aqui é que a gramática deles era a gramática do português clássico, aliás não tão diferente do português antigo em termos paramétricos (cf. Medeiros, 2018), a não ser talvez para a sintaxe de colocação dos clíticos. Mas o gráfico a seguir, de Namiuti (2008) mostra que já no século 15 o fenômeno da interpolação por um elemento que não seja a negação (quadrinhos cinzentos) se torna muito raro nos textos, e por hipótese ainda mais na fala.

⁴ Os trabalhos baseados no CTB mostraram que a mudança para o PE se manifesta na primeira geração dos autores do século 18 (cf. entre outros Galves e Paixão de Sousa, 2017).



Fonte: Namiuti (2008)

Talvez um dos aspectos importantes da diferença entre o PA e o PCI seja mais textual do que gramatical, no sentido de que a escrita do primeiro seria mais permeável à língua oral do que a do segundo, em particular a partir do processo de gramaticalização ligado à invenção da tipografia. Isso, de uma certa maneira, aproxima o primeiro período do português em Portugal da língua falada no Brasil.

O centro da discussão de Célia Castilho quando indaga se “seria quatrocentista o português do Brasil” (Castilho, 2001) são os fenômenos de redobramento que não deixaram de ser frequentes no português clássico, onde se acham dois processos, o redobramento clítico (1)⁵ e a deslocação à esquerda (2):

- (1) a. Eu não posso mandar pedir mercadorias nem contrato sem mas pedir a mim El-Rei de Marrocos, quando houver por trabalho mandar a Portugal a isso uma pessoa de confiança. (PSCR0014,.16) 16c.
- b. E assim Nosso Senhor lhe dará a VM, na outra vida, o prémio da glória e, nesta, a saúde que deseja para lhe fazer muitos serviços. (CARDS1063,.2) 17 c.
- c. Mas o que eu lhe lembro a você que Francisco Teles de Pina me levará caminho de Évora porque tenho de que me acusar e será por toda essa semana, se Deus quiser. (CARDS4008,.2)

⁵ Em (1)a, o redobro é com o pronome clítico me, contraído com o pronome as na forma mas.

- d. E eu peço a VM, da minha parte, como amigo que eu sou de VM, que lhe responda a ela. (PSCR1252,.3)
- e. Fico entregue das duas patacas, de que dou a VM o agradecimento, e fico muito certa para a VM lhe obedecer, pedindo à senhora do Cardal lhe dê a VM bom sucesso. (CARDS1108,.1)
- (2) a. E por isso muito acomodadamente a eles lhes disse o Senhor, que dentro do mesmo século se havia de cumprir (Vieira, 1608, Sermões, 69.126)
- b. O freio, vos encomendo muito que mo mandes. (PSCR0014,.21) séc. 16
- c. Com o padre Francisco Rodrigues de Abreu, morador em Ribafeita, coadjutor que foi nesta vila de São Pedro do Sul, com ele tive uma amizade onde ele imaginou me persuadissem, o que não foi. (CARDS4016,.1) séc. 17

Note-se que esses processos de reduplicação não se restringem às cartas populares, mas se encontram também em correspondências e outros gêneros de textos, por autores eruditos e literatos, como o Padre Antonio Vieira. Porém, nesses, são mais frequentes as construções em que o elemento redobrado precede o clítico, como em (2)a e b. do que naquelas em que o segue, como em (1). (2)c. mostra por outro lado um caso de redobramento não clítico, com preposição.

A presença de pronomes lembrete também se dá em orações relativas, um fenômeno muito pouco frequente em textos eruditos, onde se restringem a casos de ilhas sintáticas⁶ e mais comum nas cartas do CPS, sem restrição.

- (3) a. Porque, emfim, não posso negar que sou um daqueles, que, quando o demo os toma uma vez, sempre lhes fica um jeito. (Melo, 1608, 31.286)
- b. E eu assim me ia também e, se me disse que VM havia mandado dar cá a Gaspar Pereira dez mil reais, os quais eu lhos dei, e VM nos mande a mim. (PSCR0018,.13) séc. 16

Na próxima seção, apresento um outro fenômeno do PCI que se encontra no PB, a variação no uso dos artigos definidos e indefinidos no português clássico que, de maneira mais geral coloca no centro da discussão a constituição do sintagma nominal nas diversas fases da história do português.

⁶ Ou seja, em domínios nos quais o movimento para fora das fronteiras de frase é impossível, como nas orações relativas. Nesse caso, a presença de um pronome pode ser considerada uma estratégia de “último recurso”.

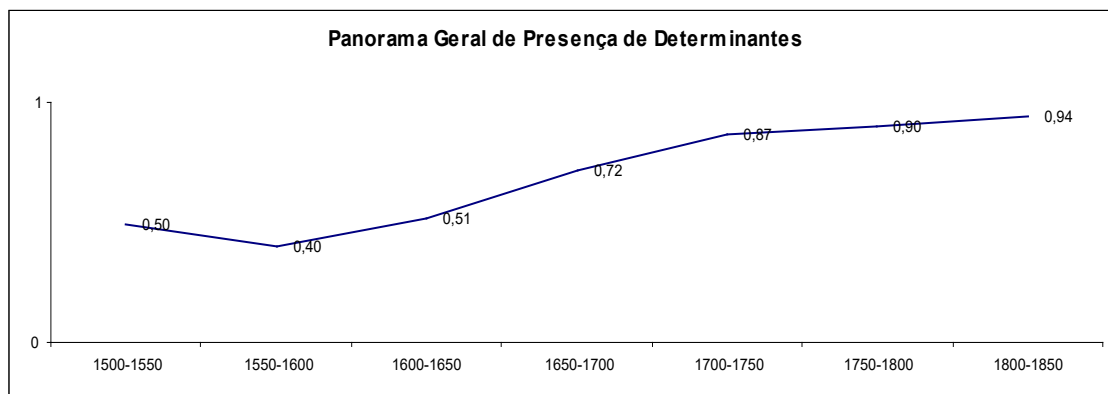
3 O sintagma nominal no português clássico

As frases seguintes mostram que os autores do período clássico usam variavelmente o artigo definido com sintagmas nominais possessivos, até numa mesma frase.⁷

- (4) Em várias partes das fronteiras fizeram os castelhanos fumo a fim de que o vento o deitasse para a banda de Portugal, e fizesse fugir nosso gado para as suas defesas: (Galhegos, 1597, 38.542)
- (5) por isso, disse galantemente Tertuliano: “Teme um homem matar a sua vaca, porque acaso não coma alguma posta de sua avó”. (Bernardes, 1644,13.150)
- (6) Lastime- -se a terra dos seus marcos e dos seus muros para se distinguirem as aquisições de seus usurpadores. (Brochado, 1651, 145.1354)

Entre o século 16 e o século 19, o uso do artigo cresce sensivelmente, chegando a um uso quase obrigatório no PE contemporâneo (cf. Raposo e Miguel, 2013, p. 729). A Figura I, de Floripi (2008) mostra essa evolução por períodos de 50 anos.

Figura 1: Frequência de ocorrências do determinante nos DPs possessivos do século 16 a 19, por períodos de 50 anos.



Fonte: Floripi (2008, p.138)

Note-se que a dinâmica de mudança já se dá entre o século 16 e 17. Isso se pode observar também na seguinte tabela, adaptada de Galves *et al.* (em andamento).⁸

⁷ Os números aparecendo ao lado do nome dos autores é 1. A sua data de nascimento 2. A página da frase no texto utilizado no corpus 3. o número da frase no texto.

⁸ Não passará despercebido ao leitor atento que as frequências relativas da presença do determinante são mais altas no gráfico de Floripi (2008) do que na tabela de Galves *et al.* (em andamento). Essa discrepância se dá em grande parte pelo fato da primeira ter retirado do conjunto dos dados contabilizados as expressões cristalizadas como “de minha parte”, o que não foi feito por Galves *et al.* Outra fonte de diferença pode vir da composição próxima porém diferente dos respectivos corpora, dado que se observa uma variação entre autores, que pode afetar os resultados a nível dos períodos.

Tabela 1: NPs possessivos sem e com determinantes definitos

	16	17	PCI
Sem D	1837 (69%)	1857 (48%)	3694
Com D	817 (31%)	2049 (52%)	2866
Total Poss N	2654	3906	6560

Fonte: Galves *et al.* (em andamento)

A Tabela 1 mostra que a frequência dos artigos definidos antes de possessivo passa de um terço à metade dos dados do século 16 para o 17. Contudo, nos dois séculos, é possível observar uma regularidade na variação dos determinantes. Galves *et al.* (em andamento), na sequência de outros autores (cf. Rinke, 2010), mostram que a presença do artigo definido está relacionada com a especificidade e topicalidade do sintagma nominal. Esses traços estão frequentemente associados, entre outros, à posição sujeito como se vê na tabela a seguir:

Tabela 2. O uso de artigos definidos em NPs possessivos sujeitos

	16	17
Sujeito sem D	192 (54%)	221 (36%)
Sujeito com D	162 (46%)	422 (64%)
Total de Poss N	354	643

Fonte: Galves *et al.* (em andamento)

Comparando as duas tabelas, verificamos que a frequência de determinante com NP sujeito aumenta substancialmente em posição sujeito. 46% contra 31% no século 16, e 64% contra 52% no século 17. Uma evidência suplementar encontra-se na primeira pessoa, a mais alta na escala de definitude. Em 221 ocorrências na primeira pessoa no século 16 e 488 no século 17, 106 e 367, respectivamente, têm artigos definidos. Isso corresponde a 48% para o século 16 e 75% para o século 17.

Quanto à ausência de artigos, Floripi (2008) e Macedo-Costa (2016) observam que se encontra essencialmente com nomes expressando relações de família e outras relações de vários tipos (amigos, servidores, superiores ou inferiores hierárquicos). Macedo-Costa (2016, p. 183) mostra que, até o fim do século 17, somente em posição sujeito esse tipo de nome tem artigos numa frequência superior a 10%. Os outros nomes sem artigo se encontram essencialmente com antecedente [-humano] bem como em expressões cristalizadas como em (8)

- (7) A primeira e mais antiga se chama Tamaracá, a qual tomou este nome de uma ilha pequena, onde sua povoação está situada. (Gândavo, 1540, 11.78)
- (8) Se morrem ou vivem é só por sua conta, (Brochado, 1651, 151.1405)

Existe também uma interessante variação entre tipos textuais. A diferença entre a correspondência e os sermões do Padre Vieira nos dá um exemplo do papel do discurso e da estrutura informacional no uso dos determinantes. Nos sermões encontram-se artigos definidos em 62% das ocorrências de nomes possessivos contra 50% na correspondência. Isso é em parte devido à alta frequência da primeira pessoa do plural, usada com poucas exceções sem artigo. Além disso, nomes que fazem referência a noções e argumentos importantes nos Sermões como *dia do juízo*, que aparece 141 vezes no texto, tem artigo definido em todas as ocorrências de NPs possessivos (10/10).

- (9) Os que morrem hoje, teem o seu dia do Juízo hoje; (Vieira-Sermões: 1608, 69.118)

Podemos inferir desses dados que, nos séculos 16 e 17, o artigo ainda tem um valor discursivo que herdou do demonstrativo que está na sua origem, expressando especificidade, unicidade e, em última análise, ênfase. O uso variável do artigo definido com nomes próprios apresenta características semelhantes. Em (10), vê-se *Dom João de Alvarado* introduzido primeiro sem determinante, e na segunda ocorrência aparecendo com o artigo definido.

- (10) (...) determinou Dom António de Mendonça, Viso-Rei da Nova Hespanha, mandar a elas uma Armada por sua conta, de que elegeo por Capitão Dom João de Alvarado, mas depois das despezas feitas faleceo o Dom João de Alvarado de uma queda que deo de um cavalo (Couto: 1542, 07.71)

Os nomes próprios podem ser precedidos também por artigos indefinidos, possivelmente quando não há pressuposição de conhecimento por parte dos leitores. Vê-se nas duas frases seguintes, um mesmo personagem introduzido com artigo indefinido e retomado em seguida com artigo definido.⁹

⁹ Note-se que o primeiro nome de *de la Torre* é diferente na segunda ocorrência. A mesma diferença se acha na edição de 1612 das *Décadas*, disponível na Biblioteca digital de Lisboa. O contexto das frases não deixa dúvida quanto ao fato de que as duas menções correspondem à mesma pessoa.

- (11) a. mandou o General um Bernardo de la Torre por Capitão de um galeãozinho, chamado São Joanilho, e a Pero Ortiz de la Rueda na galeota, (Couto: 1542, 09.110)
b. e o Fernão de la Torre se ficou negociando, e provendo pera sua jornada, (Couto: 1542,10.116)

O mesmo padrão e tendência se encontram nas cartas do CPS (Galves *et al.*, em andamento). Contudo, a frequência de artigos definidos é bastante menor nesse corpus (15% no século 16 e 22% no século 17). Galves *et al.* notam que isso pode ser explicado pela recorrência de nomes de parentesco. Contudo o artigo definido com esses nomes também se encontra em posições destacadas, como o sujeito e o tópico, criando contrastes como exemplificado em (12a.).

- (12) a. A minha sobrinha, filha de minha irmã, a mais moça, tem duas filhas e um filho. (PSCR0049,.16) 16c.
b. E da minha filha não me dizeis nada? (CARDS1005,.17) 17c.

Finalmente, encontramos nos textos da época clássica nomes “nus” tanto plurais quanto singulares.

- (13) E pobres em nenhuma mesa faltarão, se houver quem os queira por hóspedes. (S_001_PSD,62.696)
- (14) a. Recebi carta de Lisboa, de 29 de Setembro, do padre procurador do Brasil, em que me diz chegara caravela da Baía, (Vieira-Cartas, 1608,0.203)
b. DEPOIS que esta província Santa Cruz se começou de povoar de Portugueses, sempre esteve instituída em uma governança, na qual assistia governador geral por el-Rei nosso senhor com alçada sobre os outros capitães que residem em cada capitania. (Gândavo, 1540, 14.142)
c. Feito isto, poz ali Capitão novo, (Couto: 1542, 115.1122)
d. Agora que são as 3 horas da tarde vi uma carta de holandês de Amsterdam, interessado na Companhia, escrita a outro holandês desta côrte, na qual diz as palavras seguintes. (Vieira-Cartas: 1608,0.1269)

e. Como da terra se avistou embarcação do Reino, foi grande o alvoroço nos Padres, que tinham chegado adiante. (Barros, 1675, 78.620)

Comparando com o PE moderno (cf. Peres, 2013), constatamos que os nomes nus em PCI são licenciados de maneira mais geral e com interpretações mais diversificadas. Os nomes nus plurais podem aparecer em posição pré-verbal (13) e os nomes nus singulares podem receber interpretações específicas, como mostram os modificadores *de Lisboa, de Amsterdam, do Reino*. O mesmo se verifica no CPS.

(15) a. Contanto que é ainda, está em Londres até vir recado de Portugal e logo é aqui.

(PSCR0002,.4) séc. 16

b. E não seja carta tão curta como a que me cá mandais, que carta para tão longe

terra não há de ser tão curta. (PSCR0002,.15) séc. 16

c. Pois dizer-vos o que faríamos vendo vossas cartas é escusado, porque em vir

carta nos parecerá vermos a todos e algo nos satisfaremos. (PSCR0005,.7) séc. 16

d. E quando, com o favor de Deus, o possa fazer, não posso subir eu degrau que

não seja em braços de homens. (CARDS0052,7) séc. 16

e. Por este portador me mande VM um rosário de contas, que o não mando pedir por

ter falta dele, mas quero ver cousa da mão de VM, que, o vendo, farei de conta vejo a VM para o encomendar a Deus, que lhe dê muitos largos anos de

vida para meu amparo. (CARDS1001,.13) séc. 17

f. Por se oferecer portador destas partes, com razão se queixaria VM se em

mim houvesse descuido em não solicitar nesta ocasião suas notícias. (CARDS1111,.1) séc. 17

g. Dela tem filho e já teve outro que lhe morreu. (CARDS2123,.8) séc. 1710

¹⁰ Aqui o sentido de “um filho” é reforçado por “um outro”.

Em todos os casos de (14) e (15), o PE privilegia hoje a presença de um artigo indefinido, e até, no caso de (14)b. de um artigo definido.

A tabela a seguir (Schmitt e Galves, 2016) mostra a evolução da frequência de nomes nus singulares e plurais do século 16 a 19 no português europeu. Em negrito estão os valores para os quais se vê uma mudança. São os singulares nus que passam de 10.83 a 6.54, num movimento oposto aos indefinidos singulares que passam de 7.00 a 11.46, e os definidos plurais que passam de 9.75 a 13.92. Em geral, se fazemos a proporção de nomes nus em relação aos nomes com determinantes, passamos de 18,29% no século 16 a 13,22% no século 19.

Tabela 3: A evolução dos tipos de SNs do século 16 a 19

Object	1500	1600	1700	1800
Bare Sg	10.83	8.91	6.87	6.54
Bare Pl	7.46	7.94	6.94	6.68
Ind Sg	7.00	7.28	9.90	11.46
Ind Pl	1.33	0.25	0.31	0.56
Def Sg	22.38	28.67	36.41	20.08
Def-pl	9.75	15.07	13.79	13.92
Others	52.08	40.79	32.65	47.3
Total	100	100	100	100

Fonte: Schmitt e Galves (2016, hand-out)

Apesar de não haver ainda estudos sistemáticos desse tipo em relação à história do português no Brasil, sabemos que hoje em dia o PB tem uma alta frequência de nomes nus (cf. entre outros Cyrino e Espinal, 2015; Pires de Oliveira e Rothstein, 2011; Muller e Oliveira, 2004; Schmitt e Munn, 2003; Wall, 2018). Um exemplo interessante da diferença entre PB e PE pode ser achado em traduções de textos nas duas vertentes. Aqui o *Cálice de Fogo*, da série Harry Potter:

(16)

- a. Os feiticeiros, que supostamente estão mortos, fariam melhor em não dar de caras com as feiticeiras do Ministério da Magia numa estalagem. (PE)
- b. Seria melhor que bruxos presumivelmente mortos não esbarrassem em bruxas do Ministério da Magia em hotéis à beira de estradas... (PB)

c. Porque ... os feiticeiros estão a chegar ao país... (PE)

d. Porque ... estão chegando ao país bruxos do mundo inteiro ... (PB)

Por outro lado, em vários dialetos do PB, os nomes nus singulares recebem uma interpretação definida (cf. Lopes e Pagotto, 2023, Wall, 2018), o que não se encontra nos corpora históricos. Esta situação aponta para uma evolução oposta do PB e do PE. A partir de um tronco comum onde nomes nus, singulares e plurais, recebem uma interpretação indefinida, o primeiro evoluiu ampliando os usos, enquanto o segundo teve uma dinâmica contrária, indo para um uso mais sistemático do artigo indefinido. No que tange ao PB, foi sugerido por vários estudos, que o uso mais extenso de nomes nus estava relacionado com o efeito do contato maciço do português com as outras línguas faladas no Brasil durante o período colonial, em particular – mas possivelmente não só (cf. Lopes e Pagotto, 2023) – as línguas africanas. Com efeito, encontra-se o mesmo fenômeno em textos históricos escritos em português na África e no Brasil por africanos, bem como no português africano contemporâneo (cf. Inverno, 2011, a respeito do português angolano).

Na próxima seção, mostraremos que esse efeito do contato no PB não contrasta somente com a evolução do PE, mas também com uma tendência muito geral das línguas românicas, que parece ser uma deriva comum a essas línguas.

4 A deriva românica do artigo

É sabido que os artigos das línguas românicas emergiram a partir dos demonstrativos do latim clássico, que não tinha artigos. Simonenko e Carlier (2020) comentam na introdução do seu estudo da evolução do uso do artigo definido no francês antigo que se trata de uma das instâncias mais robustamente atestadas de gramaticalização. Em outro artigo (Simonenko e Carlier, 2022), as mesmas autoras argumentam que se encontra na história das línguas românicas o “crescimento pan-românico de uma gramática DP” (“pan-Romance rise of a DP grammar”). Entendem por uma gramática DP, um sistema no qual a (in)definitude emerge das propriedades do próprio sintagma nominal e não de propriedades da oração, ligadas à ordem livre dos constituintes. Nesse quadro, e durante um longo período da história, os *l*-elementos (derivados do latim *ill-*) compartilham propriedades de demonstrativos e de artigos, e os nomes nus são frequentes. Isso foi amplamente documentado para o francês antigo (séc. 9 a 14) além de ter sido estudado também para o espanhol antigo.¹¹ Rinke (2010, p.131) também afirma que, seguindo a

¹¹ Para o espanhol, Simonenko e Carlier (2020) mencionam Roca (2009).

evolução diacrônica das línguas românicas, os artigos definidos com possessivos são primeiro marcadores discursivos que referem anaforicamente a um referente já mencionado, sendo depois gramaticalizados. A descrição trazida na seção anterior mostra que esse padrão se manteve em português durante um tempo mais longo do que nas suas línguas coirmãs, durando ainda nos séculos 16 e 17. Vimos que o artigo definido ainda tem um claro papel discursivo no caso dos sintagmas nominais possessivos e dos nomes próprios, onde sua ausência é o não marcado. Observamos também a frequência de nomes nus onde o padrão europeu moderno requer artigos indefinidos, ou até definidos no caso de indefinidos plurais, como se vê em (16) a,c (cf. Peres, 2013). Para Galves *et al.* (em andamento), esses fenômenos são gerados por uma gramática na qual há duas posições distintas de determinantes, paralelamente à existência de duas posições distintas de complementador na oração.¹² Desse ponto de vista, a diferença entre o século 16 e 17 não seria devida a uma mudança gramatical, uma vez que os autores argumentam que os dois séculos têm a mesma gramática, mas à tendência crescente em usar o l-elemento (que, em português, perdeu o l...) como uma simples marca de definitude.

Essa é a deriva românica e portuguesa. O caminho do PB vai no sentido estritamente oposto, não no sentido de uma desgramaticalização, mas no sentido de reduzir o uso do determinante em lugar de ampliá-lo. No dialeto padrão, o limite dessa redução são os referentes específicos definidos. Em outros dialetos, a redução atinge até sintagmas nominais definidos, como nos exemplos apresentados por Wall (2018, p. 236, 242):

- (17) a. Ela tem uma filha [...] filha dela tem 7 anos (PEUL:RJ)
- b. Ela arrumou um rapaz. Rapaz gosta muito dela (PEUL:RJ)
- c. saxofonista tenta ver o que entrou no seu saxofone (corpus elicitado)

Não faz parte dos objetivos deste capítulo propor uma análise para esses dados, mas o que chama atenção nos exemplos acima a. e b. é o caráter anafórico dos nomes nus “filha” e “rapaz”, que aponta para uma diferença fundamental entre o PE e as línguas românicas por um lado e o PB por outro. Não pode ser a mesma “deriva” que leva aos exemplos em (17) e aos exemplos em (16) a,c.

Na conclusão retomo a questão da relação entre deriva e contato.

¹² A mesma estrutura é proposta por Bernstein *et al.* (2022), que apresentam como argumento empírico línguas como o catalão do Balears e o picardo nas quais coexistem dois artigos definidos, um com força dêitica e outro usado com entidades intrinsecamente referenciais como os países e os nomes próprios. Note-se que no português clássico, esses são prototipicamente desprovidos de determinante (cf. Macedo Costa, 2016, e Galves *et al.*, em andamento).

Desse ponto de vista, a coexistência de dois padrões não corresponde a uma competição de gramáticas, mas a uma competição entre dois possíveis valores atribuídos a um item lexical em curso de gramaticalização.

5 Conclusão

Na introdução do seu livro, Naro e Scherre (2007, p. 17) afirmam:

O conteúdo deste livro tem uma linha mestra clara: apresentar evidências de que características morfossintáticas e fonológicas do português brasileiro, atualmente envoltas em estigma e preconceito social, são heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas, e não modificações mais recentes advindas das línguas africanas, que vieram para o Brasil com seus povos escravizados e subjugados, ou das línguas dos povos ameríndios, que aqui já se encontravam quando vieram os colonizadores europeus... queremos identificar as raízes lingüísticas românicas e lusitanas que insistem em permanecer em nossas bocas e em nossas falas.

As raízes certamente existem. E identificamos um grupo delas neste capítulo. O português que chegou ao Brasil, da mesma maneira que continha muitas construções de redobro, continha sintagmas nominais nus (ou reduzidos, nos termos de Peres, 2013), singulares e plurais, bem como sintagmas possessivos sem artigo definido, que ficaram no português brasileiro. Aliás, mais do que ficar, frutificaram. A questão é o que os fez frutificar.

Naro e Scherre (2007, p. 47) afirmam que foi a deriva lusitana e românica, acelerada pelo contato:

- 1) A língua portuguesa falada em Portugal antes da colonização do Brasil já possuía uma deriva secular que a impulsionava ao longo de um vetor de desenvolvimento
- 2) No Brasil, este vetor se encontrou com outras forças que reforçavam e expandiam a direção original
- 3) No início uma dessas forças era a pidginização, que exercia uma influência sobre o português através da língua geral tupi e da “língua de preto” européia, revivificada no Brasil originalmente para uso com os ameríndios.
- 4) Ao longo de toda a história do Brasil, o processo de aprendizado do português como segunda língua teve seus efeitos documentados parcialmente.

Nisso, eles retomam a argumentação de Silva Neto (1977 [1950], p. 115) que coloca a questão nesses termos:

Na constituição do português brasileiro há desde o século XVI duas *derivas*:

- a) Uma *deriva* bastante conservadora, que se desenvolve portanto muito lentamente e
- b) Uma *deriva* a que condições sociais próprias imprimem velocidade inesperada.

Silva Neto afirma em seguida que o papel dos aloglotas consiste “aqui como alhures, em realizar de imediato o que, em condições normais, levaria talvez séculos para completar-se.” (1977 [1950], p. 116).¹³ Além de aspectos fonéticos, ele cita o caso muito enfatizado na argumentação de Naro e Scherre, da redução das flexões:

Na morfologia há um exemplo igualmente expressivo: trata-se da redução das flexões, característica dos falares rurais brasileiros, assim como dos crioulos em geral. Já sabemos que a tendência geral de toda a evolução morfológica das línguas indo-europeias consiste no prevalecimento do caráter analítico sobre o sintético: mas no caso dos crioulos isso se verificou num repente, de improviso.

Ora, o que quis mostrar aqui é que o contato nem sempre acelera a deriva portuguesa e românica, como proposto por Serafim da Silva Neto e por Naro e Scherre. Ao contrário, bloqueou-a em muitos casos. É, em particular, o caso discutido aqui da deriva não só portuguesa como também “pan-românica” que diz respeito ao uso crescente do artigo definido.

Esta discussão recoloca a relação da deriva e do contato na dinâmica das línguas cuja história passa pela aquisição de segunda língua por aloglotas, mencionada no item 4) da citação de Naro e Scherre acima. Força é de constatar que contrariamente ao que eles afirmam, seguindo Silva Neto, o contato não precipita forçosamente a deriva. Na realidade, o contato tem um papel decisivo e não só de coadjuvante. No caso dos determinantes, Avelar e Galves (2014) sugerem, com base em dados de escrita de descendentes de africanos no Brasil e de escreventes africanos em regiões de fala bantu (cf. 18 e 19), que a tendência em usar menos artigos do que na língua-alvo se deve a dificuldades de processamento dos mesmos devidas tanto ao próprio português, onde os artigos definidos carecem de consoante inicial, sendo muito facilmente confundidos com vogais iniciais de palavras, quanto às línguas maternas dos aprendizes em que essa categoria não existe.

(18) a. “a este respeito nada disse aSemblea”

b. “depois de lido levou O Senhor Socio Thezoreiro ao Connhecimento da Senblea Os trabalhos...” (Oliveira, 2006, docs 17 e 20 de Antonio José Bracete)

¹³ Essa afirmação contrasta com a postura de Naro e Scherre (2007) que procuraram a redução das flexões no português rural do século 20. Para uma discussão dessa análise, cf. Galves (2012) e Lucchesi (2012)

- (19) a. “e quando o mesmo Dembo mostre o missão”
b. “ouvidas a legação do Aucthor pello Capitão e Chefe...” (Tavares e Madeira Santos, 2002, p. 140 - 151.)

Além disso, os dados apresentados na Seção 3 mostram que naquilo que os aprendentes do português como segunda língua ouviam, também havia uma forte variação no uso dos artigos e muitos nomes nus, o que deveria conturbar ainda mais o seu aprendizado do português nesse quesito. É na confluência de todos esses fatores que se dá a dinâmica de mudança. A herança lusitana tem a sua parte uma vez que ela proporciona os dados linguísticos primários da aprendizagem. A herança das outras línguas tem também a sua parte ao funcionar como filtro, tornando opacas certas sequências e levando a reinterpretar outras. Obviamente as condições sócio-históricas em que se dá a aprendizagem fazem com que o resultado possa variar de uma região à outra, o que se vê claramente no caso que nos interessa aqui (cf. Callou e Silva, 1997; entre outros). Desconfio que, afinal das contas, a deriva que vem de fora, despida das suas próprias razões históricas, não tenha muito mais a ver com o resultado, a não ser naquilo que ela tem de mais geral, ou seja nos processos universais cíclicos cujo motor são as duas forças antagônicas de economia e de expressividade.

Referências

AVELAR, J.; GALVES, C. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro, *Linguística – Revista da ALFAL*, Montevideu, n. 30, v. 2, p. 239-286, 2014.

BERNSTEIN, J.; ORDÓÑEZ, F; ROCA, F. Emphatic elements and the development of definite articles: evidence for a layered DP in early Romance. *Journal of Historical Syntax*, Volume 5, Article 22, 2021, p. 1-32.

CALLOU, D.; SILVA, M. Uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, D. (Org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997, p. 11-27.

CASTILHO, C. M. M. Seria quatrocentista o português implantado no Brasil ?. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, v. 2, 2001, p. 57-89.

CORPUS TYCHO BRAHE. Corpus Anotado Tycho Brahe do Português Histórico. Unicamp. 2017. <https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>

CORPUS P.S. POST SCRIPTUM. *P.S. Post Scriptum. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*. CLUL. 2014. <http://ps.clul.ul.pt>.

CYRINO, S.; ESPINAL, M. T. Bare Nominals in Brazilian Portuguese: more on the DP/ NP analysis. *Natural Language & Linguistic Theory*. 33, p. 471-521, 2015.

FLORUPI, S. *Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do português*. 2008. 254 f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, 2008.

GALVES, C. Concordância e origens do português brasileiro. In: SEDRINS, A. P; CASTILHO, A. T.; SIBALDO, M. A.; LIMA, R. B (eds.), *Por amor à Linguística: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura, Maceió, Edufal*, 2012, p.123-149.

GALVES, C.; NAMIUTI, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHAFER-PRIEß, B. (eds.) *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*, Tübingen: Calepinus Verlag, 2006, p. 45-75.

GALVES, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The position of the verb in the history of Portuguese: Subject position, Clitic placement and Prosody, *Language*, 93, 3, p. 152-180, 2017.

GALVES, C.; DE ANDRADE, A.; NAMIUTI, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Classical Portuguese, grammar and history*. A ser publicado na coleção Studies in Diachronic and Historical Linguistics, Oxford University Press, em andamento.

INVERNO, L. C. *Contact-induced restructuring of Portuguese morpho-syntax in interior Angola*, 2011. 475 f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade de Coimbra, 2011.

LOPES, C. R.; PAGOTTO, E. Nominal constructions in (non-) standard Brazilian Portuguese: a case of contact? But with which languages? Comunicação apresentada no 53° *Linguistic Symposium on Romance Languages*, Paris, junho de 2023.

LUCCHESI, D. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (eds.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 249-274.

MACEDO COSTA T. *Determinantes definidos: um estudo sobre a estrutura dos DPs na história do português*. 2016. 294 f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, 2016.

MARQUILHAS, R. *A faculdade das letras*. Lisboa: INCM, 2001.

MARTINS, A. M. From unity to diversity in Romance syntax: Portuguese and Spanish. In: BRAUNMULLER, K.; FERRARESI, G. (eds) *Aspects of Multilingualism in European Language History*. John Benjamins. 2003, p. 201-233.

MEDEIROS, C. *A ordem de palavras no português medieval*. 2018. 288 f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, 2018.

MULLER, A.; OLIVEIRA, F. Bare Nominals and Number in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 3, p. 11-36, 2004.

NAMIUTI, C. *Aspectos da história gramatical do português: interpolação, negação e mudança*. 2008. 309f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, 2008.

NARO, A.; SCHERRE, M. M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

OLIVEIRA, K. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. 2006. 1198 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Bahia, 2006.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Língua barroca: Sintaxe e história do português nos 1600*. 2004. 450 f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, 2004.

PERES, J. Semântica do sintagma nominal. In: RAPOSO, E.; BACELAR DO NASCIMENTO, M. F.; COELHO DA MOTA, M.A.; SEGURA, L.; MENDES, A. (orgs.) *Gramática do Português*, vol. 1, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 735-818.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; ROTHSTEIN, S. Bare singular noun phrases are mass in Brazilian Portuguese. *Lingua* 121, p. 2153-2175, 2011.

RAPOSO, E.; MIGUEL, M. Introdução ao sintagma nominal. In: RAPOSO, E.; BACELAR DO NASCIMENTO, M. F.; COELHO DA MOTA, M. A.; SEGURA, L.; MENDES, A. (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 1, 2013, p. 703-734.

RINKE, E. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. *Estud. lingüíst. galega* 2, p. 121-139, 2010.

ROCA, F. The left periphery of nominal constructions and the evolution of definite determiners in Romance. *Diachronic Linguistics*. p. 495–551, 2009.

SCHMITT C.; GALVES, C. Bare nominals in Brazilian and European Portuguese: a historical perspective. *Nominals II Getebra International Workshop*. Maceio, 2016.

SCHMITT, C.; MUNN, A. The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. *Linguistic Variation Yearbook*, vol. 2, number 1, p. 185-216, 2003.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Presença, 1977 [1950].

SIMONENKO, A.; CARLIER, A. Between demonstrative and definite: A grammar competition model of the evolution of French I-determiners, *Canadian Journal of Linguistics* 65(3), p. 393–437, 2020.

SIMONENKO, A.; CARLIER, A. Evolution of possessive phrases and the rise of DP in French, Spanish, and Portuguese. *Glossa a Journal of General Linguistics*, abril 2022.

SPATTI, I. *Sujeito nulo e sujeito pronominal: estudo diacrônico em cartas brasileiras e portuguesas do século 17 a 20*. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, 2024.

TAVARES, A. P.; MADEIRA SANTOS, C. *Africae Monumenta - A apropriação da escrita pelos africanos*, Arquivo Caculo Cacahenda, Volume I, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

WALL, A. The distribution of specific and definite bare nominals in Brazilian Portuguese. In: KABATEK, J.; WALL, A. (orgs.) *New Perspectives on Bare Noun Phrases in Romance and Beyond*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 2018, p. 223-254.

